

Reynaldo Soares da Fonseca
Roberto Carvalho Veloso
[Orgs.]

Justiça Federal:

Estudos em homenagem ao
desembargador federal

Leomar Amorim

D'PLÁCIDO
EDITORA

Reynaldo Soares da Fonseca
Roberto Carvalho Veloso
[Orgs.]

Justiça Federal:

Estudos em homenagem ao
desembargador federal

Leomar Amorim



D'PLÁCIDO
EDITORA

Copyright © 2016, D'Plácido Editora.
Copyright © 2016, Reynaldo Soares da Fonseca.
Copyright © 2016, Roberto Carvalho Veloso.

Editor Chefe
Plácido Arraes

Produtor Editorial
Tales Leon de Marco

Capa
Bárbara Rodrigues

Projeto Gráfico
Tales Leon de Marco

Diagramação
Christiane Moraes de Oliveira

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida, por quaisquer meios, sem a autorização prévia da D'Plácido Editora.



Editora D'Plácido
Av. Brasil, 1843, Savassi
Belo Horizonte – MG
Tel.: 3261 2801
CEP 30140-007

Catálogo na Publicação (CIP)
Ficha catalográfica

FONSECA, Reynaldo Soares da; VELOSO, Roberto Carvalho. [Orgs.]

Justiça Federal: estudos em homenagem ao desembargador federal Leomar Amorim -- Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2016.

Bibliografia
ISBN: 978-85-8425-357-9

1. Direito 2. Direito Literário I. Título II. Direito

CDU340

CDD 342.28

Sumário

Prefácio

Assusete Magalhães 11

Apresentação

Reynaldo Soares da Fonseca e Roberto Carvalho Veloso 15

Capítulo 1

Juizados Especiais e o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas no Novo Código de Processo Civil

Aluisio Gonçalves de Castro Mendes e Odilon Romano Neto 19

Capítulo 2

Direito Constitucional de Defesa x Recebimento de Honorários Maculados: é possível ponderação?

André Prado Vasconcelos 63

Capítulo 3

A Justiça Social ou Distributiva: a teoria da justiça de John Rawls

Antonio Oswaldo Scarpa 91

Capítulo 4

O Atual, O NCPC e a Ação Rescisória: observações

Arnaldo Esteves Lima 103

Capítulo 5 Perfil Comparado da Composição do Supremo Tribunal Federal e da Corte Constitucional Italiana <i>Arthur Pinheiro Chaves</i>	<u>111</u>
--	------------

Capítulo 6 Cumulação de aposentadoria por invalidez e subsídio de mandato eletivo <i>Benedito Gonçalves</i>	<u>149</u>
---	------------

Capítulo 7 Os sistemas de imputação da responsabilidade penal da pessoa jurídica. Entendimento atual do STJ <i>César Cintra Jatahy Fonseca</i>	<u>153</u>
--	------------

Capítulo 8 A nova face do Processo Civil <i>Cláudia da Costa Tourinho Scarpa</i>	<u>169</u>
--	------------

Capítulo 9 O perigo da perda de eficácia da Lei de Improbidade Administrativa no combate à corrupção diante do seu manejo inadequado <i>Edmilson Jatahy Fonseca</i>	<u>183</u>
---	------------

Capítulo 10 A defesa e os princípios constitucionais e processuais <i>Fernando Tourinho Neto</i>	<u>203</u>
--	------------

Capítulo 11 Ecologia/Meio Ambiente x Crescimento/Acumulação Capitalista <i>Francisco Neves da Cunha</i>	<u>225</u>
---	------------

Capítulo 12 Conselho Nacional de Justiça a suas missões no Sistema Processual Civil <i>Guilherme Calmon Nogueira da Gama</i>	<u>279</u>
--	------------

Capítulo 13 Terras indígenas: aldeamentos e reservas. Conflitos entre indígenas e não índios. Solução <i>Ilmar Galvão</i>	<u>313</u>
Capítulo 14 Decreto-lei nº 7.586/1945 e a reconstrução da Justiça Eleitoral no Brasil <i>Ítalo Fioravanti Sabo Mendes</i>	<u>327</u>
Capítulo 15 A liberdade de expressão: direito de opinar e de criticar à luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal <i>João Batista Ribeiro</i>	<u>347</u>
Capítulo 16 Preâmbulo constitucional – inspiração construtiva de identidade ou declaração adornatória da constituição? <i>José Cláudio Pavão Santana</i>	<u>355</u>
Capítulo 17 <i>Whistleblowers</i> e criminalidade econômico-financeira: perfil e panorama brasileiro <i>José Raimundo Leite Filho</i>	<u>395</u>
Capítulo 18 A importância do pluripartidarismo para a democracia brasileira <i>Lourival Serejo</i>	<u>421</u>
Capítulo 19 Segurança jurídica entre ouriços e raposas <i>Luiz Edson Fachin</i>	<u>443</u>
Capítulo 20 Novos tempos: transparência e responsabilidade com a <i>res publica</i> <i>Marcelo Nobre</i>	<u>447</u>

Capítulo 21

A estrutura dogmática da culpabilidade no Direito Penal Brasileiro

Marco Aurélio Florêncio Filho

463

Capítulo 22

A inconstitucionalidade do contrabando legislativo em medidas provisórias

Marcus Vinícius Furtado Coêlho

515

Capítulo 23

Execução penal provisória: a decisão do Supremo Tribunal Federal no Habeas Corpus 84.078-MG

Marcus Vinicius Reis Bastos

523

Capítulo 24

Ressarcimento de danos a pescadores causados por obra pública

Maria Isabel Diniz Gallotti Rodrigues

531

Capítulo 25

Direito Previdenciário, o tempo e o requerimento

Neian Milhomem Cruz

543

Capítulo 26

Taxa incidente sobre registro imobiliário: inconsistências

Nelson Loureiro dos Santos

557

Capítulo 27

Fundamentação das decisões judiciais no Novo CPC: a tarefa de (re)construção do direito no âmbito dos tribunais

Newton Pereira Ramos Neto

579

Capítulo 28

O juiz, a liberdade de expressão e a imprensa

Nino Oliveira Toldo

607

Capítulo 29 O debate atual sobre o conceito de contrato administrativo e a administração dos riscos nos contratos de concessão (PPP) <i>Pablo Zuniga Dourado</i>	<i>611</i>
Capítulo 30 Os princípios constitucionais da eficiência e da economicidade: breves notas doutrinárias da jurisprudência do Tribunal de Contas da União – TCU <i>Paulo Soares Bugarin</i>	<i>645</i>
Capítulo 31 Responsabilidade tributária de administradores e ação cautelar fiscal <i>Pedro Braga Filho</i>	<i>667</i>
Capítulo 32 Como os juízes julgam? Reflexões sobre a escola do realismo jurídico <i>Pedro Felipe de Oliveira Santos</i>	<i>681</i>
Capítulo 33 O Conselho Nacional de Justiça e controle disciplinar dos Magistrados a partir da ADI 4.638 <i>Rafael Campos Soares da Fonseca e Claudia Rosane Roesler</i>	<i>697</i>
Capítulo 34 Apontamentos sobre o perfil do juiz a partir da Constituição Federal de 1988 <i>Rafael Campos Soares da Fonseca, Leonardo Campos Soares da Fonseca e Reynaldo Soares da Fonseca</i>	<i>721</i>
Capítulo 35 O erro de proibição e a capacidade de compreensão do injusto nos crimes contra a ordem tributária <i>Roberto Carvalho Veloso</i>	<i>737</i>

Capítulo 36

Desafios do magistrado brasileiro na contingência da mudança na sociedade contemporânea e os paradoxos da construção de um novo conteúdo para sua atuação

Rosana Noya Alves Weibel Kaufmann

763

Capítulo 37

A Lei de conflito de interesses e sua aplicação no âmbito da Administração Pública

Suzana de Camargo Gomes

787

Capítulo 38

Uma proposta de vinculação da decisão em incidente de resolução de demandas repetitivas às causas de Direito Público, representativas do maior número de processos em tramitação no Brasil

Vânila Cardoso André de Moraes

811

Prefácio

Honrou-me o convite para prefaciar o livro “Justiça Federal”, em homenagem ao saudoso colega e amigo Desembargador Federal Leomar Barros Amorim de Sousa, que, se vivo fosse, teria completado 60 anos.

Tive o privilégio de trabalhar com o magistrado e professor Leomar, desde quando, juntos, no início da década de 90, fomos Diretores de Foros da Justiça Federal: ele, no Maranhão; eu, em Minas Gerais. Desde então, pude desfrutar de seu convívio e amizade e admirar seu equilíbrio, ponderação, competência, elevado tirocínio técnico-jurídico e comprometimento com a causa da justiça.

Após anos de dedicação à Justiça Federal de Primeiro Grau, por opção, e depois do seu Mestrado em Direito, na Universidade de Lisboa, sob a orientação do festejado Professor Jorge Miranda, tive a felicidade de recebê-lo, em 2004, no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, como Desembargador Federal.

Como Corregedora-Geral e Presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, contei com o apoio decisivo do Desembargador Federal Leomar Amorim, que, em pouco tempo, conquistou a todos com sua simplicidade e conhecimento profundo do Direito, das demais Ciências Sociais, das línguas estrangeiras e da literatura. Sua Excelência chegou a ser aclamado, pelo Superior Tribunal de Justiça, como Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (biênio 2009–2011, em vaga da Justiça Federal de 2º Grau). Era, portanto, uma verdadeira unanimidade.

Com sua esposa Graça e seus filhos Guilherme, Gustavo, Gabriel e Geovanne formaram uma acolhedora, generosa e exemplar família.

Sinto-me gratificada em poder participar desta merecida homenagem a um homem público que, em vida, só o bem cultivou, além

de honrar, sobremaneira, a toga e a cátedra, servindo de parâmetro para as presentes e futuras gerações, notadamente pelo exemplo e patrimônio moral que nos legou, engrandecendo a Justiça Federal brasileira.

Da evocação da trajetória de vida de Leomar Amorim fica-nos a certeza de que a sua história identifica-se com a história gloriosa da Justiça Federal brasileira, para cujo engrandecimento e fortalecimento, como instituição exemplar de distribuição de justiça, contribuiu de maneira significativa.

Suas obras e seu exemplo, legados aos seus contemporâneos e à posteridade, manterão viva sua memória em todos quantos se ocupam ou venham a ocupar-se do Direito.

Feliz expressão do ilustre Ministro Nilson Naves adequa-se, qual mão à luva, ao homenageado Leomar Amorim:

“O juiz não se despede. O juiz fica, porque a sua voz, na palavra escrita continua ecoando; os seus passos continuam sendo ouvidos pelos corredores; a sua maneira de ser continua exemplificada nos que aqui permanecem e se perpetua pelos testemunhos daqueles que aqui estiveram, dos que aqui estão e dos que aqui virão”.

Essa é, no dizer do imortal Machado de Assis, “a glória que fica, eleva, honra e consola”.

Sem dúvida, a grandeza e a sobrevivência das instituições repousam no compromisso, na força e na lucidez de homens e mulheres que as integram e dirigem, capazes de infundir-lhes concretude, alma e coração.

E não lhes basta o sopro inicial: ele se dissipará no tempo, se não o alimentar o vigor das gerações. Retemperadas, podem sobreviver às crises e àqueles que as criaram e perpetuar-lhes a memória.

Nesta oportunidade, que marca um momento tão significativo da vida da democracia brasileira, peço licença para estender a homenagem ao saudoso Leomar Amorim – figura exponencial do Judiciário Federal – aos Magistrados e servidores de toda a Justiça Federal brasileira, de ontem e de hoje, que, desde os idos de 1890, sob a inspiração liberal de Campos Salles, comprometidos com a causa e o interesse públicos, vêm construindo e fortalecendo a Justiça Federal, como instituição sólida e respeitada, no cenário jurídico nacional e internacional.

Presto homenagem, ainda, a toda a magistratura brasileira, na pessoa dos Coordenadores desta obra, Ministro Reynaldo Soares da Fonseca – notável magistrado, oriundo da Justiça Federal e companheiro de jornada desde 2004, quando contei com seu indispensável auxílio, na Corregedoria-Geral e na Presidência do TRF/1ª Região – e Juiz Federal Roberto Carvalho Veloso, magistrado experiente, dirigente associativo e renomado professor de Processo Penal, cumprimentando-os pela feliz iniciativa.

Esta obra resgata “Temas da Justiça Federal”, que merecem ser evidenciados, por sua importância, atualidade e dimensão, no tecido social.

A temática não poderia ser mais contemporânea. A Justiça Federal tem sido chamada, dia após dia, a decidir matérias de índole constitucional ou infraconstitucional, seja na perspectiva cível ou penal, que dizem respeito aos microssistemas jurídicos ou às questões relevantes de Estado.

Nos últimos anos, derrubaram-se mitos e ideologias, na sociedade contemporânea, com repentina e radical mudança de paradigmas. Surgiram a informática, o DNA, os transgênicos, o genoma, a telefonia celular, a fecundação artificial, dentre tantas outras inovações e avanços da ciência. A sociedade passou a reivindicar, neste terceiro milênio, novos parâmetros sociais e um novo modelo de convivência humana. Vive-se um tecido social complexo e extremamente veloz.

A Justiça Federal tem sido, igualmente, chamada a protagonizar uma verdadeira revolução de postura, estimulando, inclusive na área de políticas públicas, a substituição da cultura do litígio pela cultura do diálogo, com a solução pacífica das controvérsias, conforme a promessa constitucional contida no preâmbulo e no art. 3º da Constituição da República.

Nessa linha de raciocínio, eminentes Ministros do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, ilustrados membros do Ministério Público, dignos Desembargadores, Juízes, professores, assessores e advogados, todos amigos e admiradores do saudoso Leomar Amorim, apresentam profundos e brilhantes artigos sobre a Teoria da Justiça, a liberdade de expressão, a força normativa do preâmbulo da Constituição, a segurança jurídica, as Medidas Provisórias, o perfil comparado do Supremo Tribunal Federal, o Conselho Nacional de Justiça, o papel e os desafios do Juiz na atualidade, o Realismo Jurídico, os Juizados Especiais Federais, o Novo Código de Processo

Civil, a fundamentação das decisões judiciais, o direito de defesa e os princípios constitucionais e processuais, as demandas repetitivas, a Ecologia, a responsabilidade penal de pessoas jurídicas na temática ambiental, a culpabilidade no Direito Penal, o erro de proibição, a corrupção e a macrocriminalidade, a improbidade administrativa, os contratos administrativos, a eficiência e a economicidade, a transparência e a responsabilidade com a coisa pública, o ressarcimento de danos causados por obra pública, as terras indígenas, a Justiça Eleitoral, a importância do pluripartidarismo, bem como sobre temas relevantes de Direito Previdenciário e de Direito Tributário.

Pode-se afirmar, portanto, sem medo de errar, que a obra “Temas da Justiça Federal” conseguiu reunir o que há de mais atual e instigante, no âmbito do Direito Público brasileiro, e contribuirá, sem sombra de dúvida, para a reflexão aprofundada da doutrina e da jurisprudência pátrias.

Trata-se, pois, de um grande sonho realizado, sob a inspiração do poeta Fernando Pessoa, em *Mar Portuguez*, quando assevera: “Deus quer, o homem sonha, a obra nasce.”

Com esta obra, que sonhemos todos nós, operadores do Direito, com novos desafios, em prol do aprimoramento da Justiça, no 3º milênio, realizando a travessia que nos foi confiada e lutando o bom combate, com coragem e destemor, tal como ocorreu com o bravo e saudoso Desembargador Federal Leomar Amorim, que vivenciou, como poucos, a lição do poeta maior, o maranhense Gonçalves Dias, em sua *Canção do Tamoio*:

“Não chores, meu filho,
Não chores, que a vida
É luta renhida:
Viver é lutar.
A vida é combate,
Que os fracos abate,
Que os fortes, os bravos
Só pode exaltar”.

Brasília-DF, 01 de fevereiro de 2016

Assusete Magalhães
Ministra do Superior Tribunal de Justiça

Esta obra resgata temas da Justiça Federal, que merecem ser evidenciados, por sua importância, atualidade e dimensão, no tecido social.

A temática não poderia ser mais contemporânea. A Justiça Federal tem sido chamada, dia após dia, a decidir matérias de índole constitucional ou infraconstitucional, seja na perspectiva cível ou penal, que dizem respeito aos microssistemas jurídicos ou às questões relevantes de Estado.

Pode-se afirmar, portanto, sem medo de errar, que a obra conseguiu reunir o que há de mais atual e instigante, no âmbito do Direito Público brasileiro, e contribuirá, sem sombra de dúvida, para a reflexão aprofundada da doutrina e da jurisprudência pátrias.

ISBN 978-85-8425-357-9



D'PLÁCIDO
EDITORA

www.livrariadplacido.com.br